

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA A SER TRANSFORMADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS

celebrada entre



COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS,
na qualidade de emissora;

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
na qualidade de agente fiduciário

e

FOZ DO BRASIL S.A.
na qualidade de garantidora

em 14 de setembro de 2012



Handwritten signature and initials.

ÍNDICE

CLÁUSULA 1 - AUTORIZAÇÃO.....	4
CLÁUSULA 2 - REQUISITOS	4
2.1 Arquivamento e Publicação das Atas da AGE e RCA	5
2.2 Arquivamento da Escritura de Emissão.....	5
2.3 Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”).....	5
2.4 Registro para Distribuição e Negociação.....	5
2.5 Constituição das Garantias Reais.....	6
CLÁUSULA 3 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO	6
3.1 Objeto Social da Emissora.....	6
3.2 Destinação dos Recursos	6
3.3 Número da Emissão	6
3.4 Número de Séries.....	6
3.5 Valor Total da Emissão.....	6
3.6 Quantidade de Debêntures.....	7
3.7 Banco Mandatário e Agente Escriturador.....	7
3.8 Imunidade de Debenturistas.....	7
CLÁUSULA 4 - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	7
4.1 Características Básicas.....	7
4.2 Condições de Subscrição e Integralização das Debêntures	9
4.3 Remuneração das Debêntures	9
4.4 Amortização do Valor Nominal Unitário	14
4.5 Pagamento da Remuneração das Debêntures	15
4.6 Condições de Pagamento	15
4.7 Publicidade.....	15
4.8 Garantias	16
4.9 Repactuação	20
4.10 Aquisição Facultativa	21
4.11 Resgate Antecipado	21
CLÁUSULA 5 - VENCIMENTO ANTECIPADO.....	23
5.1 Eventos de Inadimplemento.....	23
5.2 Vencimento Antecipado Automático e Não Automático - Procedimentos Aplicáveis.....	26
CLÁUSULA 6 - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA	27
6.1 Obrigações Adicionais.....	27
CLÁUSULA 7 - DECLARAÇÕES E GARANTIAS	32
CLÁUSULA 8 - DO AGENTE FIDUCIÁRIO.....	34



Handwritten signature and initials in blue ink.

8.1	Nomeação do Agente Fiduciário	34
8.2	Declarações e Garantias do Agente Fiduciário	34
8.3	Exercício das Funções e Remuneração do Agente Fiduciário.....	36
8.4	Deveres e Atribuições do Agente Fiduciário	37
8.5	Substituição do Agente Fiduciário.....	41
CLÁUSULA 9 - DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS		42
9.1	Convocação da Assembleia Geral de Debenturistas.....	42
9.2	Quoruns de Instalação e Deliberação	43
CLÁUSULA 10 - DISPOSIÇÕES GERAIS		44
10.1	Renúncia	44
10.2	Custos de Registro	44
10.3	Comunicações	44
10.4	Lei Aplicável.....	46
10.5	Foro	46
10.6	Disposições Finais	46

* * *

(restante da página intencionalmente deixado em branco)



[Handwritten signature]

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA A SER TRANSFORMADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS

Pelo presente instrumento particular, na qualidade de emissora,

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Palmas, Estado do Tocantins, na Quadra 302 Norte, Avenida NS-2, QI-11, lote 01/02, Plano Diretor Norte, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o n.º 25.089.509/0001-83, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de Tocantins ("JUCETINS") sob o NIRE 1730000006-0, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

E, na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures desta 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, qualquer deles individualmente, "Debenturista"),

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade por ações com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 04, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

e, ainda, na qualidade de garantidora,

FOZ DO BRASIL S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, n.º 3.970, 31º andar, parte, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.437.097/0001-79, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCESP sob o NIRE 35300358775, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Garantidora"),

vêm, por esta e na melhor forma de direito, celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a Ser Transformada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins" ("Escritura de Emissão"), conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1 - AUTORIZAÇÃO

A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária a ser transformada em espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente)

objeto desta Escritura de Emissão, é celebrada de acordo com a deliberação e aprovação das condições da Emissão tomada em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora realizada em 12 de setembro de 2012 (“AGE”), nos termos do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”). A posterior outorga das garantias reais a serem constituídas pela Foz Centro Norte Investimentos S.A., (a “FCNI”) nos moldes da Cláusula 4.8.3 abaixo foi deliberada e aprovada por meio da AGE de 13 de setembro de 2012 (a “AGE da FCNI”). A outorga da garantia fidejussória na forma de fiança, conforme previsto na Cláusula 4.8.2 abaixo, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Garantidora realizada em 11 de setembro de 2012 (“RCA”).

CLÁUSULA 2 - REQUISITOS

A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações:

2.1 Arquivamento e Publicação das Atas da AGE e RCA

A ata da AGE que deliberou e autorizou a Emissão será arquivada na JUCETINS e publicada no Diário Oficial do Estado de Tocantins e no jornal “Jornal do Tocantins”, nos termos da legislação aplicável. A ata da AGE da FCNI que deliberou e autorizou as garantias previstas na Cláusula 4.8.3 abaixo e a ata da RCA da Garantidora serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Diário do Comércio”, nos termos da legislação aplicável.

2.2 Arquivamento da Escritura de Emissão

A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCETINS, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, respectivamente, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3 Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.3.1 A Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor (“Instrução CVM 476”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Oferta Restrita”), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476.

2.3.2 A Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro na ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” em vigor desde 1º de junho de 2011.

2.4 Registro para Distribuição e Negociação

2.4.1 As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos e por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), respectivamente, ambos administrados e

operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2 Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre os Investidores Qualificados (conforme abaixo definido) depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados, conforme disposto nos artigos 13 e 15 respectivamente, da Instrução CVM 476.

2.5 Constituição das Garantias Reais

2.5.1 Os contratos de constituição das garantias previstas na Cláusula 4.3.3 abaixo serão registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado De São Paulo, da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e da cidade de Palmas, Estado de Tocantins (“Cartórios de Registro de Títulos e Documentos Competentes”), bem como no livro de registro de ações nominativas da Emissora, conforme o caso.

CLÁUSULA 3 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto social: (a) a implantação, a construção de sistemas e a exploração dos serviços de água potável e de esgoto sanitário nos municípios ou localidades em que detiver, a qualquer título, autorização, permissão ou contrato de concessão outorgados pelo poder concedente local, podendo ainda complementar sua atuação em atividades afins na área de saneamento básico; e (b) a participação no capital de outras empresas do setor de saneamento básico..

3.2 Destinação dos Recursos

A totalidade dos recursos obtidos por meio da Emissão será destinada, direta ou indiretamente, (i) ao pagamento do principal, juros, taxas, comissões e encargos devidos em decorrência de 72 (setenta e duas) notas promissórias comerciais que restaram da emissão pela Foz Centro Norte S.A. de 181 (cento e oitenta e um) notas promissórias, em série única, no âmbito da 2ª (segunda) emissão de notas promissórias da Emissora, no valor global de R\$ 181.000.000,00 (cento e oitenta e um milhões de reais), em 30 de junho de 2012, realizada nos termos da Instrução da CVM n.º 134, de 1º de novembro de 1990, conforme alterada e atualmente em vigor e que foram assumidas pela Emissora após a incorporação do acervo cindido da Foz Centro Norte S.A; e (ii) ao pagamento de custos relacionados à Emissão e ao pagamento de outras despesas da Emissora.

3.3 Número da Emissão

A presente Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.4 Número de Séries

A Emissão será realizada em série única.

3.5 Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$ 74.000.000,00 (setenta e quatro milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.6 Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 74 (setenta e quatro) Debêntures.

3.7 Banco Mandatário e Agente Escriurador

O banco mandatário e agente escriturador da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Deus, s/n.º, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário" e/ou "Agente Escriurador").

3.8 Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis, conforme definido abaixo, antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, a documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA 4 - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1 Características Básicas

4.1.1 Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão, observado o disposto na Cláusula 4.5 abaixo ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2 Colocação.

4.1.2.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Votorantim S.A. ("Coordenador Líder"), nos termos do "Instrumento Particular de Coordenação e Colocação com Esforços Restritos da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a Ser Transformada em Espécie com Garantia Real, da Companhia de Saneamento do Tocantins – Saneatins." ("Contrato de Distribuição").

4.1.2.2 O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo único do artigo 3º da Instrução CVM 476.

4.1.2.3 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, são considerados “Investidores Qualificados” aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada e atualmente em vigor (“Instrução CVM 409”), observado que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.2.4 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que está ciente e declara que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das garantias previstas nas Cláusulas 4.8.2 e 4.8.3 abaixo.

4.1.2.5 As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

4.1.2.6 A Emissora obriga-se, até a data de apresentação da comunicação de encerramento da Oferta para a CVM a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

4.1.2.7 Para os fins da presente Escritura de Emissão, “Dia Útil” significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional ou qualquer outro dia no qual não haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Cidade de Palmas, Estado do Tocantins e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

4.1.2.8 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

4.1.2.9 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

4.1.2.10 Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

4.1.3 Forma. As Debêntures são nominativas, escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.4 Comprovação de Titularidade das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriurador, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do titular da Debênture, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND.

4.1.5 Espécie. As Debêntures são da espécie quirografária com garantia fidejussória a ser transformada em espécie com garantia real, conforme disposto nesta Escritura de Emissão.

4.1.6 Conversibilidade. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.7 Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão das Debêntures será 27 de setembro de 2012 (“Data de Emissão”).

4.1.8 Prazo e Data de Vencimento. As Debêntures terão prazo de vigência de 112 (cento e doze) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 27 de janeiro de 2022 (“Data de Vencimento”), ressalvada a hipótese de declaração de vencimento antecipado, ocasião em que a Emissora obriga-se a proceder de acordo com o disposto na Cláusula 5.1.1 abaixo.

4.2 Condições de Subscrição e Integralização das Debêntures

4.2.1 Preço de Subscrição e Integralização. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário na Data de Emissão (“Preço de Subscrição”).

4.2.2 Condições para a Subscrição e Integralização das Debêntures. Observado o disposto na Cláusula 4.2.3 seguinte, a subscrição e respectiva integralização das Debêntures ocorrerão em até 03 (três) dias úteis após o cumprimento comprovado das seguintes condições precedentes:

- (i) assinatura e apresentação desta Escritura de Emissão aos registros e arquivamentos aplicáveis; e
- (ii) ausência de inadimplemento pela Emissora ou pela Garantidora nos termos desta Escritura de Emissão.

4.2.3 Forma e Prazo de Integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP. A efetiva integralização das Debêntures não poderá ocorrer após 27 de setembro de 2012 (“Data de Integralização”).

4.3 Remuneração das Debêntures

As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.3.1 Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

4.3.2 Juros Remuneratórios. Por todo o prazo de vigência das Debêntures, conforme disposto na Cláusula 4.1.8 acima, incidirão sobre o Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo) juros remuneratórios calculados de acordo com os seguintes critérios e condições ("Remuneração das Debêntures"):

(i) durante o período compreendido entre a Data de Emissão até: (a) a data em que, cumulativamente, a FCNI se tornar titular de pelo menos 99% (noventa e nove por cento) das ações do capital social total e votante da Emissora e as garantias previstas no item (iv) da Cláusula 4.8.2.2 abaixo estiverem devidamente constituídas e aperfeiçoadas ("Data da Aquisição Saneatins"), ou (b) até o dia 29 de dezembro de 2012, o que ocorrer primeiro ("Primeiro Período de Remuneração"), as Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br) ("Taxa DI-Over"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa de 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada de acordo com a fórmula disposta na Cláusula 4.3.3 abaixo.

(ii) após o término do Primeiro Período de Remuneração em diante, ou seja, a partir da Data da Aquisição Saneatins ou a partir de 30 de dezembro de 2012, inclusive, o que ocorrer primeiro ("Segundo Período de Remuneração"), as Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI-Over, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 4,56% (quatro inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde o término do Primeiro Período de Remuneração até o efetivo pagamento da Remuneração, calculada de acordo com a fórmula disposta na Cláusula 4.3.3 abaixo.

4.3.3 A Remuneração das Debêntures (tanto para o Primeiro Período de Remuneração quanto para o Segundo Período de Remuneração)¹ será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures acumulada no período, devida em cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

Fator DI = produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$



onde:

“k” corresponde ao número de ordem das Taxas DI-Over, sendo “k” um número inteiro;

“n” corresponde ao número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI-Over, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator Spread = Sobretaxa de juros fixo, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{Fator Spread} = \left\{ \left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right\}$$

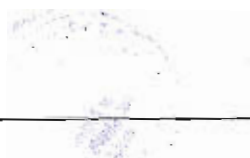


onde:

spread = acréscimo sobre a Taxa DI-Over informado com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “n” um número inteiro.

Observações:



A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.3.4 Indisponibilidade Temporária da Taxa DI-Over. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI-Over pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI-Over divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI-Over que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI-Over for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 4.3.5 seguinte quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.3.5 Indisponibilidade Não Temporária da Taxa DI-Over. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI-Over por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou mesmo no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI-Over às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI-Over ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI-Over por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida na Cláusula 9.1.1 abaixo) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração das Debêntures em vigor. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI-Over divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.3.5.1 Caso a Taxa DI-Over volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI-Over, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI-Over nos termos aqui previstos, a última Taxa DI-Over divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.3.5.2 Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.2.3 abaixo), a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral, qual a alternativa escolhida:

- (i) resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, caso em que a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração das Debêntures será a última Taxa DI disponível; ou
- (ii) amortizar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a respectiva Data de Vencimento, observado que (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures em Circulação; e (b) durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização e até a integral quitação das Debêntures em Circulação, as Debêntures em Circulação farão jus à remuneração já definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 4.3.5 acima.

4.3.6 Para fins da presente Escritura de Emissão, entende-se por “Período de Capitalização” o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima data de pagamento da Remuneração das Debêntures, conforme o caso. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até o vencimento das Debêntures.

4.3.7 Farão jus à Remuneração das Debêntures aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada data de pagamento da Remuneração das Debêntures.

4.3.8 Para fins da presente Escritura de Emissão, a expressão “Saldo do Valor Nominal Unitário” significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures aplicável em cada Período de Capitalização, consideradas as amortizações do Valor Nominal Unitário conforme previsto na Cláusula 4.4, bem

como a capitalização de juros relativa ao Primeiro Período de Remuneração, conforme dispõe a Cláusula 4.5 a seguir.

4.4 Amortização do Valor Nominal Unitário

4.4.1 O Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures será amortizado em 37 (trinta e sete) parcelas trimestrais e sucessivas, nas datas e nos percentuais aduzidos na tabela abaixo, observado o Período de Carência (conforme definido na Cláusula 4.4.2 abaixo) (sendo cada uma de tais datas uma “Data de Amortização”):

PARCELAS	DATAS DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES A SER AMORTIZADO
1ª	27/01/2013	0,9000%
2ª	27/04/2013	0,9000%
3ª	27/07/2013	0,9000%
4ª	27/10/2013	0,9000%
5ª	27/01/2014	0,9000%
6ª	27/04/2014	1,1250%
7ª	27/07/2014	1,1250%
8ª	27/10/2014	1,1250%
9ª	27/01/2015	1,1250%
10ª	27/04/2015	1,5000%
11ª	27/07/2015	1,5000%
12ª	27/10/2015	1,5000%
13ª	27/01/2016	1,5000%
14ª	27/04/2016	2,3125%
15ª	27/07/2016	2,3125%
16ª	27/10/2016	2,3125%
17ª	27/01/2017	2,3125%
18ª	27/04/2017	2,3125%
19ª	27/07/2017	2,3125%
20ª	27/10/2017	2,3125%
21ª	27/01/2018	2,3125%
22ª	27/04/2018	3,2500%
23ª	27/07/2018	3,2500%
24ª	27/10/2018	3,2500%
25ª	27/01/2019	3,2500%
26ª	27/04/2019	3,7500%
27ª	27/07/2019	3,7500%
28ª	27/10/2019	3,7500%
29ª	27/01/2020	3,7500%
30ª	27/04/2020	4,5000%
31ª	27/07/2020	4,5000%
32ª	27/10/2020	4,5000%
33ª	27/01/2021	4,5000%
34ª	27/04/2021	5,1250%
35ª	27/07/2021	5,1250%
36ª	27/10/2021	5,1250%
37ª	27/01/2022	5,1250%

4.4.2 Para fins desta Escritura de Emissão, a Emissora contará com um período de carência para iniciar a amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, durante o qual não ocorrerá a amortização do valor principal das Debêntures e tampouco o pagamento da Remuneração das Debêntures, iniciando-se tal período de carência na Data de Emissão e terminando em 27 de janeiro de 2013, ressalvados os casos de liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido na

Cláusula 5.1.1 abaixo), ou o resgate antecipado das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão (“Período de Carência”), quando então a amortização dos valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão deverá respeitar o disposto nas Cláusulas 4.11 e 5.1 abaixo.

4.5 Pagamento da Remuneração das Debêntures

4.5.1 Observado o disposto na Cláusula seguinte, a Remuneração das Debêntures será devida desde a Data de Emissão e paga de forma trimestral ao final de cada Período de Capitalização, após o término do Período de Carência, devendo o primeiro pagamento ser realizado no dia 27 de janeiro de 2013 e o último no dia 27 de janeiro de 2022, salvo em caso de liquidação antecipada das Debêntures resultante (a) do vencimento antecipado das Debêntures, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento; ou (b) do Resgate Antecipado Facultativo, conforme aplicável, quando então o pagamento da Remuneração das Debêntures deverá ser realizado conforme o disposto nas Cláusulas 4.11 e 5.1 abaixo, respectivamente.

4.5.1.1 Na data do término do Período de Carência, qual seja 27 de janeiro de 2013, os juros remuneratórios devidos em relação ao Primeiro Período de Remuneração serão incorporados ao Valor Nominal Unitário para fins de cálculo da remuneração devida.

4.6 Condições de Pagamento

4.6.1 Forma de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados nas datas estabelecidas para seus vencimentos, conforme o disposto nas Cláusulas 4.4 e 4.5 acima, por intermédio da CETIP, conforme seus procedimentos, ou por meio do Agente Escriturador das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia eletrônica vinculada à CETIP.

4.6.2 Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão no que se refere ao pagamento do Preço de Subscrição, até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos.

4.6.3 Multa e Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, em caso de atraso no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados *pro rata die* sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (“Encargos Moratórios”).

4.6.4 Atraso no Recebimento dos Pagamentos. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.6.3 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará o direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou encargos moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

4.7 Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver os interesses dos titulares das Debêntures deverão ser veiculados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, e em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da Emissora; bem como na página da Emissora na Internet, qual seja www.saneatins.com.br sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado, devendo o prazo de manifestação dos Debenturistas, caso seja necessária nos termos da legislação aplicável e desta Escritura de Emissão, corresponder àquele estabelecido na legislação aplicável e nesta Escritura de Emissão, conforme o caso.

4.8 Garantias

4.8.1 O pagamento de todas as obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão será garantido pelas garantias fidejussórias e reais abaixo descritas, observados os termos e condições da presente Cláusula 4.8.

4.8.1.1 O pagamento das Debêntures é desde já garantido pela garantia fidejussória constituída neste ato, nos termos da Cláusula 4.8.2 abaixoabaixo.

4.8.1.2 Observado o prazo disposto na Cláusula 4.8.1.3, o pagamento das Debêntures será, adicionalmente, garantido pelas garantias reais constituídas nos termos da Cláusula 4.8.3 abaixoabaixo.

4.8.1.3 A Emissora e o Agente Fiduciário ficam desde logo autorizados e obrigados a celebrar aditamento à presente Escritura de Emissão para formalizar a transformação da espécie das Debêntures de quirografárias para com garantia real, ficando desde já estabelecido que não será necessária a realização de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora ou de Assembleia Geral de Debenturistas para aprovação do referido aditamento. A celebração do aditamento aqui previsto deverá ocorrer em até 20 (vinte) dias contados do registro dos respectivos contratos de constituição das garantias reais, conforme previsto na Cláusula 4.8.3, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão. A formalização da transformação da espécie das Debêntures de quirografária para com garantia real ocorrerá, por meio de celebração de aditamento a esta Escritura de Emissão e de seu registro na JUCETINS e nos Cartórios de Títulos e Documentos Competentes.

4.8.2 Fiança. As Debêntures são garantidas por fiança corporativa irrevogável e incondicional, constituída neste ato, prestada pela Garantidora qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão que, por este instrumento e na melhor forma de direito, se obriga, perante os Debenturistas, na qualidade de devedor solidário e principal pagador das obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão, com renúncia expressa aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 821, 827, 834, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil (“Fiança”).

4.8.2.1 A Fiança visa a garantir o pontual pagamento da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, na Data de Amortização, em qualquer data de pagamento da Remuneração das Debêntures ou na Data de Vencimento, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures e dos Encargos Moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais incorridas pelo Agente Fiduciário na execução das

garantias previstas nesta Escritura de Emissão, apurado na data da execução da Fiança (“Valor Garantido”).

4.8.2.2 A Fiança aqui referida é prestada pela Garantidora em caráter irrevogável e irretratável, e será automaticamente liberada, nos termos previstos na presente Escritura de Emissão e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil, após o envio dos documentos ao Agente Fiduciário que comprovem cumulativamente a ocorrência dos seguintes eventos:

- (i) incorporação da FCNI pela Emissora ou qualquer forma de cessão das obrigações da FCNI no âmbito das debêntures emitidas pela FCNI, conforme escritura da Emissão das Debêntures da FCNI, datada de 14 de setembro de 2012 (doravante “Debêntures FCNI” e “Escritura de Emissão FCNI”), de forma que a Emissora assuma a condição de sucessora legal da FCNI e, portanto, devedora das obrigações assumidas pela FCNI nos termos da Escritura de Emissão ;
- (ii) (A) obtenção, pela Emissora, de carta ou qualquer outra comunicação expressa contendo a firme intenção da Caixa Econômica Federal de financiar os investimentos da Emissora referentes a municípios cuja prestação de serviços e obras representem, em conjunto e incluindo os Municípios de Palmas e Araguaína, aproximadamente 80% (oitenta por cento) do total do faturamento da Emissora, sendo tal financiamento no valor mínimo aproximado de R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) e (B) contratação de financiamento, pela Emissora, comprovada mediante apresentação dos documentos e garantias do referido financiamento assinados, que apresente as seguintes características (“Financiamento Sênior”):
 - a) credor: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), Caixa Econômica Federal ou outra instituição financeira pública ou multilateral;
 - b) prazo: mínimo de 12 (doze) anos;
 - c) finalidade: compor o plano de investimentos da Saneatins em relação exclusivamente aos Municípios de Palmas e Araguaína; e
 - d) valor total: aproximadamente R\$ 315.000.000,00 (trezentos e quinze milhões de reais) englobando os montantes referentes aos Municípios de Palmas e Araguaína;
- (iii) constituição em favor dos Debenturistas, em segundo grau ou em grau subsequente ao credor do Financiamento Sênior, das garantias objeto do pacote de garantias do Financiamento Sênior, sendo que eventuais garantias prestadas pelos acionistas da Emissora (exceto pela garantia sobre as ações de emissão da Emissora de titularidade da Emissora) ao credor do Financiamento Sênior não serão prestadas aos Debenturistas nos termos da presente Cláusula 4.8;

- (iv) celebração do Contrato de Suporte de Acionista em termos estatutários aos Debenturistas, por meio do qual a Garantidora assumirá a obrigação de realizar aporte ou disponibilizar capital ou outra forma de disponibilização de recursos na exata medida dos recursos necessários, nas hipóteses e nos termos do respectivo contrato de suporte de acionista até a liquidação de todas as obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão e respeitados os limites máximos de disponibilização de recursos a serem estabelecidos no referido contrato, quais sejam: R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) até 2012, R\$ 95.000.000,00 (noventa e cinco milhões e quinhentos mil reais) até 2013 e R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) a partir de 2014 (“Contrato de Suporte de Acionista”); e
- (v) verificação pelo Agente Fiduciário, no prazo de 2 (dois) dias a contar da ocorrência dos eventos descritos nos itens (i), (ii), (iii) acima, do atendimento, pela Emissora, do ICSD superior a 1,30X, calculado e auditado conforme fórmula de cálculo prevista no Anexo I à presente Escritura de Emissão. Para tanto, deverá ser encaminhado ao Agente Fiduciário, relatório demonstrando a apuração do ICSD, com base nas demonstrações financeiras de encerramento de exercício auditadas, explicitando a memória de cálculo de todas as rubricas necessárias à sua apuração, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

4.8.2.3 A Garantidora obriga-se a pagar o Valor Garantido no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contado da data do recebimento da comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando o inadimplemento pela Emissora das obrigações por ela assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, desde que não sanado no respectivo prazo de cura, conforme aplicável, exceto na hipótese de pedido de autofalência da Emissora ou pedido de falência da Emissora não elidido no prazo legal, quando o valor devido será pago pelo Garantidor no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado do recebimento da comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, ao Garantidor solicitando o respectivo pagamento. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora tenha ou possa ter ou exercer em relação às suas obrigações assumidas nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão.

4.8.2.4 O pagamento citado na Cláusula 4.8.2.3 acima deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas.

4.8.2.5 A Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

4.8.2.6 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Garantidora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.8.2.7 A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente por ela honrada, observado, entretanto, que a Garantidora desde já concorda e obriga-se a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor que venha a honrar nos termos da Fiança somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

4.8.2.8 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.8.2.9 A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, em virtude da Fiança prestada pela Garantidora em benefício dos Debenturistas, deverá ser levada a registro, pela Emissora, em até 1 (um) Dia Útil contado do seu registro na JUCETINS, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos Competentes, conforme aqui previsto e nos termos da legislação aplicável, sendo que a obtenção de tal registro não poderá ultrapassar o prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da assinatura desta Escritura de Emissão ou de seus eventuais aditamentos. No prazo de até 2 (dois) Dias Úteis após o registro desta Escritura de Emissão nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original do documento devidamente registrada.

4.8.2.10 O Garantidor desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures e das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão.

4.8.3 Garantias Reais: Observados os prazos previstos nos itens específicos abaixo elencados e mediante a formalização e registro dos respectivos contratos previstos nesta Cláusula 4.8.3, o pagamento das Debêntures será garantido adicionalmente pelas garantias reais listadas abaixo, as quais serão compartilhadas, em iguais condições, com os debenturistas da 1ª (primeira) emissão das Debêntures FCNI

- (i) penhor da totalidade das ações de emissão da Emissora de titularidade da FCNI, a ser constituído mediante a concessão de autorização prévia dos Poderes Concedentes respectivos e do Estado do Tocantins ("Poderes Concedentes"), por meio da celebração do respectivo contrato de penhor de ações, que deverá ocorrer em até 360 (trezentos e sessenta) dias a contar da Data de Integralização, em conformidade com os termos aprovados em assembleia geral de debenturistas ("Penhor de Ações");
- (ii) penhor da totalidade dos frutos, lucros, rendimentos, bonificações, juros, distribuições, dividendos, juros sobre capital próprio, recursos provenientes de redução de capital e demais direitos a serem pagos pela Emissora à FCNI, advindos das ações empenhadas por meio do Penhor de Ações, devendo o penhor ora mencionado ser constituído

mediante a concessão de autorização prévia do Poder Concedente respectivo, por meio de instrumento de penhor aplicável, a ser celebrado entre Emissora, o Agente Fiduciário e outros em até 360 (trezentos e sessenta) dias a contar da Data de Integralização, em conformidade com os termos aprovados em assembleia geral de debenturistas ("Penhor de Dividendos"), observado que os recursos provenientes do Penhor de Dividendos deverão ser transitados em conta vinculada constituída para tal finalidade ("Conta Vinculada"); e

- (iii) cessão fiduciária da Conta Vinculada, conforme disposto no respectivo contrato de garantia e de abertura de conta-vinculada a ser celebrado até a Data de Integralização, entre Emissora, o Agente Fiduciário e outros, observado que a Conta Vinculada será de livre movimentação da FCNI, a não ser no caso de ocorrência de um Evento de Inadimplemento com o correspondente vencimento antecipado das obrigações das Debêntures, nos termos da Cláusula 5 abaixo e conforme previsto no respectivo contrato de cessão fiduciária, em conformidade com os termos aprovados em assembleia geral de debenturistas ("Cessão Fiduciária de Direitos sobre Conta(s) Bancária(s)").

4.8.3.1 As garantias reais aqui referidas serão constituídas em caráter irrevogável e irretratável, e serão automaticamente liberadas nos termos previstos na presente Escritura de Emissão, nos respectivos contratos de constituição do Penhor de Ações, Penhor de Dividendos e da Cessão Fiduciária de Direitos sobre Conta(s) Bancária(s), após os envio dos documentos ao Agente Fiduciário que comprovem a ocorrência dos seguintes eventos:

- (i) no caso do Penhor de Ações e do Penhor de Dividendos, a liberação ocorrerá automaticamente no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data da aprovação do Financiamento Sênior pelo respectivo credor, a qual deverá ser comprovada mediante envio ao Agente Fiduciário:
- a) no caso do BNDES, da cópia da decisão da diretoria do BNDES aprovando a concessão do Financiamento Sênior; e
- b) no caso de outro credor, conforme indicado na Cláusula 4.8.2.2 (ii) "a" acima, da cópia de documento que comprove a garantia firme de concessão do Financiamento Sênior;
- (ii) no caso da Cessão Fiduciária sobre Conta(s) Bancária(s), a liberação ocorrerá automaticamente mediante o envio de documentos ao Agente Fiduciário comprovando a incorporação da FCNI pela Emissora ou a cessão, para a Emissora, da dívida representada pelas Debêntures FCNI.

4.9 Repactuação

As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada.

4.10 Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.2.3 abaixo), observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas conforme previsto nesta Cláusula 4.10 poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 4.10, se e quando recolocadas no mercado farão jus à mesma Remuneração das Debêntures aplicáveis às demais Debêntures em Circulação.

4.11 Resgate Antecipado

4.11.1 Sujeito à aceitação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previsto na Cláusula 9.1.1 abaixo, a Emissora poderá, a qualquer tempo, a partir da Data de Integralização, inclusive, mediante aviso ao Agente Escriturador, ao Banco Mandatário e à CETIP, com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias Úteis da respectiva data do evento, promover o resgate antecipado da totalidade ou de parte das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures (“Resgate Antecipado”), sendo certo que:

- (i) até 27 de janeiro de 2015 os Debenturistas receberão pelo Resgate Antecipado o valor equivalente ao valor de mercado das Debêntures; e
- (ii) a partir do dia 28 de janeiro de 2015, o Resgate Antecipado será realizado mediante o pagamento aos Debenturistas do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da comissão de resgate antecipado incidente sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures indicadas na tabela abaixo:

RESGATE ANTECIPADO REALIZADO A PARTIR DE (INCLUSIVE)	COMISSÃO DE RESGATE ANTECIPADO ACRESCIDA SOBRE O SALDO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES
27/01/2015	1,42000%
27/04/2015	1,37000%
27/07/2015	1,32000%
27/10/2015	1,27000%
27/01/2016	1,22000%
27/04/2016	1,17000%
27/07/2016	1,12000%
27/10/2016	1,07000%
27/01/2017	1,02000%
27/04/2017	0,97000%
27/07/2017	0,91000%
27/10/2017	0,86000%
27/01/2018	0,81000%
27/04/2018	0,76000%
27/07/2018	0,71000%
27/10/2018	0,66000%
27/01/2019	0,61000%
27/04/2019	0,56000%
27/07/2019	0,51000%

RESGATE ANTECIPADO REALIZADO A PARTIR DE (INCLUSIVE)	COMISSÃO DE RESGATE ANTECIPADO ACRESCIDA SOBRE O SALDO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES
27/10/2019	0,46000%
27/01/2020	0,41000%
27/04/2020	0,36000%
27/07/2020	0,31000%
27/10/2020	0,26000%
27/01/2021	0,20000%
27/04/2021	0,15000%
27/07/2021	0,10000%
27/10/2021	0,05000%



4.11.2 A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de Resgate Antecipado endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para a aceitação da oferta de Resgate Antecipado, de acordo com os termos e condições previstos abaixo (“Oferta de Resgate Antecipado Facultativo”):

- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 9.1.4 abaixo (“Edital de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo”), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, incluindo (a) se o resgate será total ou parcial, e, se for parcial, o procedimento para o resgate parcial (sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, observado o item “v” abaixo, ou atendimento em ordem cronológica de aceitação da respectiva Oferta de Resgate Antecipado Facultativo); (b) o valor do prêmio de resgate, caso exista, observadas as regras da Cláusula 4.11.1 acima; (c) se a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo estará condicionada à aceitação desta por um percentual mínimo de Debêntures; (d) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (e) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, observado o disposto no item “iii (b)” abaixo; e (f) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;
- (ii) após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo terão o prazo de 10 (dez) Dias Úteis para se manifestarem formalmente perante o Agente Fiduciário, findo o qual a Emissora terá o prazo de 3 (três) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, a qual ocorrerá em uma única data, observado que a Emissora somente poderá resgatar a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo;
- (iii) a Emissora deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) comunicar o Agente Escriturador, o Banco Mandatário e a CETIP sobre a realização da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do Resgate Antecipado;

- (iv) o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo será equivalente a, no mínimo, o Valor Nominal das Debêntures objeto do resgate ou ao Saldo do Valor Nominal das Debêntures objeto do resgate, conforme o caso, atualizado pela Atualização Monetária, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures ou Data de Amortização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido, se for o caso, de prêmio de resgate que, a exclusivo critério da Emissora, venha a ser oferecido no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado, prêmio de resgate este que não poderá ser negativo, observadas as disposições da Cláusula 4.11.1 acima; e
- (v) caso a Emissora opte pelo Resgate antecipado parcial das Debêntures e o número de Debenturistas que tenham aderido à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo seja maior do que o número ao qual a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo foi originalmente direcionada, então o resgate será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário e cujo procedimento será definido no competente Edital de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo. Os Debenturistas sorteados serão comunicados com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência sobre a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo.

4.11.3 Para as Debêntures custodiadas na CETIP, o resgate antecipado deverá ocorrer por meio de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário”, quando se tratar de resgate antecipado parcial, ou “resgate total antecipado”, quando se tratar de resgate antecipado total, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, observado que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

4.11.4 O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas no SND/ e/ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Agente Escriturador, no caso dos titulares das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

CLÁUSULA 5 - VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Eventos de Inadimplemento

5.1.1 Observado o disposto na Cláusula 5.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora, mediante o envio de notificação contendo as respectivas instruções para pagamento, do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação

(conforme definido na Cláusula 9.2.3 abaixo), acrescido da Remuneração das Debêntures correspondente, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior e/ou da Data de Amortização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, ao tomar ciência da ocorrência de quaisquer das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento”):

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures não sanado no prazo de 3 (três) Dias Úteis, contados da data do respectivo vencimento;
- (ii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures, que seja relevante e material, não sanado no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados do referido descumprimento;
- (iii) inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora e/ou quaisquer de suas controladas seja parte, na qualidade de devedora, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda, não sanado no prazo de cura aplicável à respectiva dívida ou, na sua ausência, em até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da notificação prevista no *caput* desta Cláusula e desde que a exigibilidade do pagamento não esteja suspensa;
- (iv) inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual a Garantidora seja parte, na qualidade de devedora, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda, não sanado no prazo de cura aplicável à respectiva dívida ou, na sua ausência, em até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da notificação prevista no *caput* desta Cláusula e desde que a exigibilidade do pagamento não esteja suspensa;
- (v) protesto de títulos contra a Emissora e/ou quaisquer de suas controladas cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou quaisquer de suas controladas, ou se for suspenso ou cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto;
- (vi) protesto de títulos contra a Garantidora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou quaisquer de suas controladas, ou se for suspenso ou cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto;

- (vii) caso ocorra (i) a dissolução ou a liquidação da Emissora, sua controladora e/ou quaisquer de suas controladas; (ii) a decretação de falência da Emissora, sua controladora e/ou quaisquer de suas controladas; (iii) o pedido de aut falência, por parte da Emissora, sua controladora e/ou quaisquer de suas controladas; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros contra a Emissora, sua controladora e/ou quaisquer de suas controladas, e desde que tal pedido não seja devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito judicial, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; (v) a apresentação de pedido, por parte da Emissora, sua controladora e/ou quaisquer de suas controladas, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso pela Emissora, sua controladora e/ou quaisquer de suas controladas em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, sua controladora e/ou quaisquer de suas controladas, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;
- (viii) mudança, direta ou indireta, do controle da Emissora, conforme o disposto no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, não configurando mudança de controle eventual reestruturação societária dentro do grupo econômico do qual a Emissora faz parte, bem como a incorporação descrita na Cláusula 4.8.2.2(i) acima;
- (ix) caso a Emissora e/ou suas controladas contrate novos endividamentos sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto por (a) financiamentos de curto prazo no valor máximo equivalente a três meses de faturamento da Emissora conforme apurado nas últimas demonstrações financeiras divulgadas pela Emissora (“Empréstimos de Curto Prazo”); (b) endividamentos decorrentes da emissão de títulos de dívidas, pela Emissora ou por suas controladas, para aquisição de ações de emissão da Emissora detidas pelo Governo do Estado do Tocantins, representativas de 23,48% (vinte e três inteiros e quarenta e oito centésimos por cento) do capital social da Emissora (“Empréstimo para Aquisição de Ações da Emissora de Titularidade do Governo”); (c) Financiamento Sênior e os demais financiamentos necessários para cumprimento integral de todos os investimentos da Emissora previstos para os próximos 10 (dez) anos, cujo montante total aproximado é de R\$ 880.000.000,00 (oitocentos e oitenta milhões de reais), com vistas a incrementar o nível de atendimento de água para 99% (noventa e nove por cento) da população a partir do ano de 2013, e incrementar gradativamente o nível de atendimento de esgoto para até 77% (setenta e sete por cento) da população no ano de 2021 (“Plano de Investimentos da Emissora”), financiamentos estes que poderão ser “seniores” com prioridade de garantia e pagamento em relação a qualquer dívida da Emissora e/ou suas controladas (sendo tais financiamentos em conjunto com o Financiamento Sênior denominados “Financiamentos para o Plano de Investimentos”); (d) o

empréstimo tomado com instituições financeiras de primeira linha para adiantar parte dos recursos a serem captados pelos Financiamentos para o Plano de Investimentos ("Empréstimo-Ponte para os Financiamentos para o Plano de Investimentos"); e (e) refinanciamento das cédulas de crédito bancário contratadas com o Banco da Amazônia S. A. (BASA) ("Cédulas do BASA");

- (x) caso a Fiança nos termos da Cláusula 4.8.2 acima seja considerada sem efeito ou validade, por sentença judicial, sem que a Emissora e/ou a Garantidora, conforme aplicável, tomem as providências necessárias para sanar eventual irregularidade e/ou garantir sua validade, dentro de um prazo razoável a ser determinado pelos Debenturistas, mas nunca inferior ao prazo de cura de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da notificação prevista no *caput* desta Cláusula;
- (xi) caso as Garantias, nos termos da Cláusula 4.8.3 acima, não sejam devidamente constituídas ou venham a ser consideradas sem efeito ou validade, por sentença judicial, sem que a Emissora e/ou a Garantidora, conforme aplicável, tomem as providências necessárias para sanar eventual irregularidade e/ou garantir sua validade, dentro de um prazo razoável a ser determinado pelos Debenturistas, mas nunca inferior ao prazo de cura de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da notificação prevista no *caput* desta Cláusula;
- (xii) caso a Emissora deixe de apresentar, até 15 de outubro de 2012, comprovante de aplicação dos recursos da presente emissão na forma prevista na Cláusula 3.2 acima;
- (xiii) não atendimento do ICSD maior ou igual a 1,30X, mensurado anualmente, não sanado no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da notificação do respectivo descumprimento; e
- (xiv) descumprimento das obrigações de aporte de capital previstas no Contrato de Suporte de Acionista.

5.2 Vencimento Antecipado Automático e Não Automático - Procedimentos Aplicáveis

5.2.1 A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos nas alíneas (i), (iii), (iv), (vii), (ix), (x) e (xi) da Cláusula 5.1 acima, desde que não sanados nos respectivos prazos de cura, conforme aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.

5.2.2 Na ocorrência de quaisquer dos demais eventos indicados na Cláusula 5.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro do prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula 9.1.4 desta Escritura de Emissão e o *quorum* específico estabelecido na Cláusula 5.2.3, abaixo.

5.2.3 A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 5.2.2 acima poderá, por deliberação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

5.2.4 Adicionalmente, na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas por falta de *quorum*, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, conforme o caso.

5.2.5 Adicionalmente ao disposto nas Cláusulas acima, na hipótese de não convocação da Assembleia Geral de Debenturistas pelo Agente Fiduciário, ou os Debenturistas ou a Emissora poderão convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula 9.1.4 desta Escritura de Emissão e o *quorum* específico estabelecido na Cláusula 5.2.3 acima. Caso, após 30 (trinta) dias corridos contados da ocorrência do(s) respectivo(s) Evento(s) de Inadimplemento a Assembleia Geral de Debenturistas não tiver sido convocada, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 5.1 acima.

5.2.6 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à CETIP informando o vencimento antecipado e a Emissora deverá, obrigatoriamente, cancelar as Debêntures.

CLÁUSULA 6 - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

6.1 Obrigações Adicionais

Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e na legislação em vigor, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora e a Garantidora, conforme aplicável, obrigam-se a cumprir as disposições abaixo:

- (i) cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos na presente Escritura de Emissão e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as seguintes obrigações:
 - a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
 - c) divulgar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;

- d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 3 (três) Dias Úteis ao Coordenador líder da oferta e ao Agente Fiduciário;
 - g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
 - h) enviar imediatamente à CETIP as informações divulgadas na rede mundial de computadores nos termos dos subitens (c) e (d) acima; e
 - i) encaminhar ao Agente Fiduciário dentro de, no máximo, 5 (cinco) Dias Úteis após a data de sua publicação, , (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social findo, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (2) declaração dos representantes da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura.
- (ii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado) tenham acesso irrestrito, em base razoável: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis.
- (iii) fornecer todas as informações solicitadas pela CETIP;
- (iv) comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis aos titulares das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.2.3 abaixo) e ao Agente Fiduciário a ocorrência de Evento de Inadimplemento, bem como de qualquer inadimplemento quanto ao cumprimento de qualquer de suas obrigações referentes às Debêntures;
- (v) comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário e aos titulares das Debêntures em Circulação qualquer fato que seja do seu conhecimento e possa vir a afetar negativamente e de forma relevante seu desempenho financeiro e/ou operacional;
- (vi) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades a exclusivo critério da Emissora, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às



Debêntures, ou que estejam sendo discutidas administrativa ou judicialmente de boa-fé;

- (vii) exceto com relação àqueles pagamentos questionados na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal e de todas as obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, cujo não pagamento resulte em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures;
- (viii) não ceder, transferir ou de qualquer outra forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação de titulares de Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, sendo certo que a sucessão da FCNI pela Emissora decorrente da reestruturação societária descrita na Cláusula 4.8.2.2(i) é prévia e expressamente autorizada pelos Debenturistas no ato de subscrição das Debêntures;
- (ix) obter e manter válidas e eficazes todas as autorizações, incluindo as societárias e governamentais, exigidas (a) para a validade ou exequibilidade das Debêntures; e (b) para o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações decorrentes das Debêntures;
- (x) contratar e manter contratada, às suas expensas, desde que solicitado por escrito pelo Agente Fiduciário e no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contados do recebimento de tal solicitação, pelo menos uma agência de *rating* para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, em relação à respectiva classificação de risco: (a) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de *rating* divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de *risco*; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de *rating*; e (d) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco, observado que, caso a agência de *rating* contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá: (x) contratar outra agência de *rating* sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de *rating* seja a S&P, a Moody's ou a Fitch; ou (y) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturista para que estes definam a agência de *rating* substituta;
- (xi) contratar e manter contratados, às suas expensas, os demais prestadores de serviços necessários ao cumprimento das obrigações previstas nas Debêntures, quais sejam: (a) Banco Mandatário e Agente Escriturador; (b) Agente Fiduciário; e (c) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (*i.e.*, SND);
- (xii) colaborar com o Agente Fiduciário na elaboração dos relatórios destinados aos Debenturistas descritos no item (xiii) da Cláusula 8.4.1 abaixo, fornecendo para tanto o



organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM n.º 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas limitado à estrutura da Garantidora, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;

- (xiii) utilizar os recursos obtidos com a Emissão exclusivamente conforme descrito na Cláusula 3.2 acima;
- (xiv) notificar o Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis a partir da data em que tiver ciência, por escrito, caso qualquer das declarações previstas e/ou as informações fornecidas, se tornarem imprecisas, incompletas ou não corresponderem mais à realidade;
- (xv) declarar, garantir e responder pela veracidade, consistência, qualidade, precisão, completude e suficiência de todas as informações por ela prestadas ao mercado durante a Oferta Restrita e, caso as informações se tornem inverídicas, inconsistentes, sem qualidade, imprecisas, incompletas ou insuficientes, durante a vigência das Debêntures, notificar imediatamente e por escrito tal fato aos coordenadores da Oferta Restrita;
- (xvi) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, promovendo a publicação das demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações e, pelo menos 1 (uma) vez ao ano, em jornais de grande circulação, dos seguintes documentos, que devem ser complementados com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício da Emissora: (a) balanço patrimonial; (b) demonstração das mutações do patrimônio líquido; (c) demonstração do resultado do exercício; (d) demonstração de fluxo de caixa; (e) parecer da auditoria externa; e (f) demais documentos que venham a ser exigidos pela legislação pertinente à matéria;
- (xvii) fazer transitar pela Conta Vinculada (a) a totalidade dos recursos a serem pagos pela Emissora à FCNI a título de dividendos e juros sobre capital próprio; bem como (b) a totalidade dos recursos decorrentes de redução de capital da Emissora devidos à FCNI, observado o disposto na Cláusula 4.8.3(iii) acima, devendo o respectivo contrato que estipula esta obrigação ser registrado no competente Cartório de Títulos e Documentos;
- (xviii) não constituir qualquer ônus ou gravame, de qualquer espécie sobre os recursos a serem pagos pela Emissora à FCNI a título de dividendos e juros sobre capital próprio, bem como sobre os recursos decorrentes de redução de capital da Emissora devidos à FCNI, exceto para constituição do pacote de garantias no âmbito destas Debêntures, das Debêntures FCNI e/ou dos Financiamentos para o Plano de Investimentos;

- (xix) não constituir qualquer ônus ou gravame, de qualquer espécie sobre as ações de emissão da Emissora detidas pela FCNI, exceto para constituição do pacote de garantias no âmbito destas Debêntures, das Debêntures FCNI e/ou dos Financiamentos para o Plano de Investimentos;
- (xx) não constituir qualquer ônus ou gravame, de qualquer espécie sobre os ativos imobilizados de propriedade da Emissora e/ou sobre os direitos creditórios dos quais a Emissora seja titular, além daqueles já existentes até a data do pagamento das Debêntures pela Emissora, exceto para constituição de garantias no âmbito (a) dos Financiamentos para o Plano de Investimentos, (b) dos Empréstimos de Curto Prazo, (c) do Empréstimo para Aquisição de Ações da Emissora de Titularidade do Governo, (d) do Empréstimo-Ponte para os Financiamentos para o Plano de Investimentos, e (e) refinanciamento das Cédulas BASA;
- (xxi) obrigação de manter total subordinação, em termos de garantias e prioridade de pagamento, do Empréstimo para Aquisição de Ações da Emissora de Titularidade do Governo em relação à dívida das Debêntures;
- (xxii) obrigação de repagamento do Empréstimo-Ponte para Financiamento Sênior através do Financiamento Sênior ou através de aporte de capital;
- (xxiii) enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não realizar transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xxiv) fornecer ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos, devidamente arquivadas na JUCETINS, em até 15 (quinze) dias corridos contados da respectiva data de registro na JUCETINS;
- (xxv) enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não praticar qualquer ato ou negócio em desacordo com seu estatuto social ou não abrangido no seu objeto social;
- (xxvi) manter válidas e regulares as licenças ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades, ou na sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias ou não, relativas às Debêntures e a Fiança ora constituída, nos termos desta Escritura de Emissão, e/ou a qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures (“Impacto Adverso Relevante”);
- (xxvii) enquanto todos os valores devidos aos titulares das Debêntures não forem integralmente pagos, não alterar seu objeto social de forma que tal alteração possa resultar em um Impacto Adverso Relevante em sua capacidade financeira e/ou operacional; e

- (xxviii) não efetuar pagamentos de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, e/ou juros sobre capital próprio caso a Emissora deixe de atender o ICSD maior ou igual a 1,30X, conforme previsto nos termos do Anexo I desta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA 7 - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

A Emissora e a Garantidora, neste ato, declaram e garantem nesta data, segundo seu conhecimento, após pesquisa razoável, que:

- (i) são sociedades por ações devidamente constituídas, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil;
- (ii) estão devidamente autorizadas a celebrar a presente Escritura de Emissão e a cumprir as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) esta Escritura de Emissão e cada um dos documentos da Emissão constituem, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura de Emissão constituirão obrigação legal, válida, vinculante e exigível, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tal obrigação não esteja subordinada a qualquer outra dívida, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão, a outorga da Fiança e a Emissão das Debêntures foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem (i) seu Estatuto Social; ou (ii) qualquer lei ou qualquer restrição contratual que a vincule ou afete;
- (v) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, consentimento, licença, ordem, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, ou para a realização da Emissão, exceto pela autorização dos Poderes Concedentes para assunção das obrigações da FCNI pela Emissora e para constituição do Penhor de Ações e Penhor de Dividendos;
- (vi) a celebração desta Escritura de Emissão, dos contratos de constituição das garantias previstas na Cláusula 4.8.3 acima do Contrato de Distribuição, bem como o cumprimento das obrigações relativas à Emissão das Debêntures não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais sejam parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses

contratos ou instrumentos, ou (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;

(vii) não omitiram, ou omitirão, nenhum fato relevante, de qualquer natureza e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;

(viii) não há passivos ambiental, de saúde ou segurança, passados ou atuais, que possam ser de responsabilidade da Emissora ou da Garantidora, no que tange a gestão de substâncias perigosas em desacordo com a legislação vigente, tanques subterrâneos de armazenamento de combustível, presença de fluidos contendo bifenilos policlorados ("PCBs"), ou contaminação do solo ou do lençol freático, sendo certo que, caso tenha ocorrido omissão por parte da Emissora e/ou da Garantidora quanto a este ponto, esta poderá ser reputada sanada na medida em que seja oportunamente informada e que não tenha ocorrido um Impacto Adverso Relevante;

(ix) as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, e as informações financeiras trimestrais relativas aos períodos de 6 (seis) meses findos em 30 de junho de 2012, cujas cópias foram fornecidas ao Agente Fiduciário, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Garantidora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Garantidora referentes ao período encerrado em tal data. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde as datas das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum Impacto Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Garantidora, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Garantidora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Garantidora e não houve declaração ou pagamento, pela Garantidora, de dividendo ou distribuição de qualquer natureza relativa a qualquer espécie de ação de seu capital social;

(x) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral ou inquérito, inclusive de natureza ambiental, envolvendo a Emissora ou a Garantidora, perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa causar um Impacto Adverso Relevante na sua situação financeira ou nas suas operações de modo a afetar substancialmente sua capacidade de cumprir suas obrigações nesta Escritura de Emissão;

(xi) nem a Emissora, a Garantidora ou qualquer de seus bens possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial; quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição, ressalvadas quaisquer imunidades emanadas de normas vigentes relativas a bens ou serviços públicos que sejam aplicáveis à Emissora ou Garantidora;

- (xii) estão, e a todo tempo estiveram, em cumprimento das leis e regulamentos ambientais a ela aplicáveis, não tendo causado nem permitido o surgimento de qualquer responsabilidade, nos termos das mesmas e não há nenhuma circunstância que pudesse impedir a Emissora ou a Garantidora de cumprir ou interferir no cumprimento, pela Emissora ou pela Garantidora, de tais leis e regulamentos ambientais e que resulte ou possa resultar em Impacto Adverso Relevante;
- (xiii) têm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades atuais, estando todas elas válidas ou em processo de renovação e cuja falta não resulte ou possa resultar em Impacto Adverso Relevante;
- (xiv) estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e cujo descumprimento não resulte ou possa resultar em Impacto Adverso Relevante; e
- (xv) não há qualquer ligação entre a Emissora, a Garantidora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

CLÁUSULA 8 - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 Nomeação do Agente Fiduciário

8.1.1 A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

8.2 Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

8.2.1 O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (ii) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (iii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui

previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

- (v) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 (“Instrução CVM n.º 28”);
- (vii) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (viii) está ciente das disposições regulamentares aplicáveis expedidas pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, em especial, das disposições contidas na Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (ix) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (x) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário nos termos da legislação aplicável em vigor;
- (xi) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com seus termos e condições;
- (xii) aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas na Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão;
- (xiii) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto; e
- (xiv) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 1ª (primeira) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, em duas séries da Lumina Jeceaba Engenharia Ambiental S.A. (“LUMINA”), com vencimento em 16 de março de 2021, em que foram emitidas 31 (trinta e uma) debêntures na 1ª e na 2ª série, totalizando 62 (sessenta e duas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$62.000.000,00 (sessenta e duas milhões de reais). Até a presente data foi verificado eventos de amortização em 30/09/2011 da 1ª série e em 30/03/2012 da 2ª série, conforme previsão na Escritura de Emissão. Na data da emissão, as debêntures da LUMINA são garantidas por garantia fidejussória da Foz do Brasil S.A., termo de responsabilidade e prestação de garantia, celebrado entre a VSB a LUMINA, o BNDES e o Debenturista, penhor sobre as contas do InfraBrasil, penhor em segundo

grau em favor do Debenturista de ações de emissão da LUMINA representativa da totalidade de seu capital social, penhor em segundo grau em favor do Debenturista de todas as máquinas e equipamentos a serem adquiridos e instalados na central de utilidades relativa ao Projeto nos termos do Contrato de Financiamento firmado com BNDES, penhor em segundo grau em favor do Debenturista de todos os valores creditados, a qualquer tempo na Conta Centralizadora, penhor em segundo grau em favor Debenturista dos direitos creditórios de que a Emissora é titular provenientes do Contrato DBOT celebrado entre a Emissora e VSB, e hipoteca em segundo grau sobre o direito real de superfície sobre imóvel, conforme previsão na escritura de emissão; e (ii) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, a ser transformada em espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da FCNI, com vencimento em 27 de janeiro de 2022, em que foram emitidas 116 (cento e dezesseis) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$116.000.000,00 (cento e dezesseis milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da FCNI são garantidas por garantia fidejussória da Garantidora e serão, nos termos da respectiva escritura de emissão garantidos por penhor da totalidade das ações de Emissão da Emissora de titularidade da FCNI, penhor da totalidade dos frutos, lucros, rendimentos, bonificações, juros, distribuições, dividendos, juros sobre capital próprio, recursos provenientes de redução de capital e demais direitos a serem pagos pela Emissora à FCNI, cessão fiduciária da Conta Vinculada, conforme previsão na escritura de emissão.

8.3 Exercício das Funções e Remuneração do Agente Fiduciário

8.3.1 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.3.2 Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (i) parcelas anuais de R\$8.000,00 (oito mil reais) sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes, até a liquidação integral das Debêntures;
- (ii) as parcelas citadas no item “i” supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;

- (iii) as parcelas citadas no item acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- (iv) todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas correspondem a honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados e adiantados pelos Debenturistas se assim definido na competente decisão judicial, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência;
- (v) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento;
- (vi) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.3.3 A remuneração ao Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação ou a vigência do serviço, as quais serão pagas pela Emissora, mediante pagamento das faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, viagens e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário.

8.4 Deveres e Atribuições do Agente Fiduciário

8.4.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;

- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando lacunas e irregularidades porventura existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes nas propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (viii) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como do valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como nas demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas da mesma;
- (xi) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (xii) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiii) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da

Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:

- a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e) resgates, amortizações e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto à Emissora;
 - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão; e
 - i) existência de outras emissões de debêntures, pública ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário bem como demais informações exigidas pela regulamentação aplicável a respeito de tais emissões, se houver.
- (xiv) calcular diariamente, em conjunto com a Emissora, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, disponibilizando-o aos Debenturistas, à Emissora e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*;
- (xv) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (n) acima aos titulares de Debêntures dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
 - b) na sede do Agente Fiduciário;
 - c) na CETIP;
 - d) na CVM; e

- e) na sede do Coordenador Líder.
- (xvi) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa onde a Emissora efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Agente Escriturador a atender quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição da titularidade das Debêntures;
- (xviii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (xix) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais onde a Emissora efetuar suas publicações, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos da data em que tiver ciência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (xx) responsabilizar-se integralmente pelas atividades de agente fiduciário a que se obrigou em razão de sua contratação como Agente Fiduciário, nos termos da legislação vigente.

8.4.2 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora observadas as condições das Cláusulas 5.1 e 5.2 desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições desta Escritura de Emissão;
- (ii) executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento integral dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência da Emissora;
- (iv) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (v) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.



8.4.3 O Agente Fiduciário, observado o disposto nas Cláusulas 5.1 e 5.2 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (iv) da Cláusula 8.4.2 acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.2.3 abaixo). Na hipótese da alínea (v), bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em Circulação.

8.4.4 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de deliberação dos Debenturistas, comprometendo-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência de tal cumprimento. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.4.5 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.4.6 Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

8.4.7 Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

8.5 Substituição do Agente Fiduciário

8.5.1 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.



8.5.2 É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

8.5.3 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.5.4 Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM n.º 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

8.5.5 A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

8.5.6 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos das demais publicações da Emissora.

8.5.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA 9 - DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Convocação da Assembleia Geral de Debenturistas

9.1.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”).

9.1.2 As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.2.3 abaixo) ou pela CVM.

9.1.3 Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

9.1.4 A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 2.1 desta Escritura de Emissão, ou outro veículo de grande circulação nas quais a Emissora costuma publicar seus atos, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.



9.1.5 As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, no prazo mínimo de 8 (oito) dias contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 5 (cinco) dias contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.

9.2 **Quoruns de Instalação e Deliberação**

9.2.1 As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

9.2.2 Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

9.2.3 Para todos os efeitos desta Escritura de Emissão, serão consideradas “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de *quorum* de deliberação, não serão computados, ainda, os votos em branco.

9.2.4 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.2.5 O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

9.2.6 A presidência e a secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos representantes eleitos pelos Debenturistas presentes, ou àqueles que forem designados pela CVM.

9.2.7 Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

9.2.8 As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) a Remuneração das Debêntures; (ii) a data de pagamento da Remuneração das Debêntures; (iii) o prazo de vencimento das Debêntures; (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas na Cláusula 5.1 acima; ou (vi) modificação dos quoruns de deliberação estabelecidos nesta Cláusula 9.2.

9.2.9 Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura de Emissão serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

9.2.10 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quoruns* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação,



Para o Agente Fiduciário

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514
CEP 22640-102, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice) / Srtª Nathalia Machado (jurídico)
E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br /
juridico@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Mandatário

Banco Bradesco S.A.

Departamento de Ações e Custódia – Cidade de Deus, s/no.
Prédio Amarelo 2º andar
CEP 06029-900
At.: Marcelo Poli
Tel.: 3684-7654
Fax: 3684-2714
E-mail: 4010.mpoli@bradesco.com.br

Para o Agente Escriturador

Banco Bradesco S.A.

Departamento de Ações e Custódia – Cidade de Deus, s/no.
Prédio Amarelo 2º andar
CEP 06029-900
At.: Marcelo Poli
Tel.: 3684-7654
Fax: 3684-2714
E-mail: 4010.mpoli@bradesco.com.br

Para a CETIP

Cetip S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
CEP 01452-001 - São Paulo – SP
Tel.: (11) 3111.1596
Fax: (11) 3111.1564
At.: Gerência de Valores Mobiliários
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

10.3.2 Exceto se de outra forma previsto nesta Escritura de Emissão, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.



10.3.3A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, por cada uma das partes, conforme aplicável.

10.4 Lei Aplicável

Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.5 Foro

Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões por ventura oriundas desta Escritura de Emissão.

10.6 Disposições Finais

10.6.1 A presente Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 2, obrigando as partes por si e por seus sucessores.

10.6.2 Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.6.3 A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem um título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

10.6.4 Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra descrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o dia do vencimento.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 14 de setembro de 2012.

(o restante da página foi intencionalmente deixado em branco)

(assinaturas seguem nas 4 (quatro) próximas páginas)

(PÁGINA DE ASSINATURAS 1 DE 4 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER TRANSFORMADA NA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS.)

Pela Emissora:

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS

Nome:

Cargo:

José Roberto Amorim
Diretor Administrativo e Financeiro
SANEATINS

Nome:

Cargo:

Aparecida de C. Vale Andrade
Diretora Técnica
Eng.º Civil CREA 28996/T-11
Visto-TO 1501/10
SANEATINS

2º TABELIONATO DE NOTAS DE PALMAS/TO
Sagrador Angela Piccoli - Tabeliã (63) 3216-7200 3215-2272
104 Sul, Av. NS 02, conjunto 03, lote 01, sala 01, Palmas/TO

Reconheço por "semelhança" as assinaturas indicadas de **JOSE ROBERTO DOWSLEY CORREIA DE AMORIM FILHO e APARECIDA DE CASSIA VALE ANDRADE**. Dou fé.
Palmas/TO, 18 de setembro de 2012.

Em Teste _____ da verdade.
Fernanda Alencar Messias Laskoski
escrevente

1429596
Emol: R\$3,16

"Válido somente com o Selo de Fiscalização"



2º TABELIONATO DE NOTAS DE PALMAS/TO
Sagrador Angela Piccoli - Tabeliã (63) 3216-7200 3215-2272
104 Sul, Av. NS 02, conjunto 03, lote 01, sala 01, Palmas/TO

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original a mim apresentado. Dou fé.
Palmas/TO, 21 de setembro de 2012. 244350

Em Teste _____ da verdade.
Jader son Costa Alves
Escrevente

Emol: R\$1,58

"Válido somente com o Selo de Fiscalização"



(PÁGINA DE ASSINATURAS 2 DE 4 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER TRANSFORMADA NA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS.)

Pelo Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



Nome: Silas Santos de Amorim
Cargo: Revisor



17 ao

(PÁGINA DE ASSINATURAS 3 DE 4 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER TRANSFORMADA NA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS.)

Pela Garantidora:

FOZ DO BRASIL S.A.

Nome:

Cargo:

Renato Medeiros
Diretor

Nome:

Cargo:

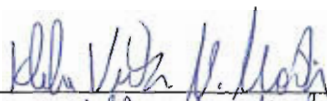
Pedro Pereira de Sá
Diretor




(PÁGINA DE ASSINATURAS 4 DE 4 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER TRANSFORMADA NA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS.)



Testemunhas:


Nome: Kátia Vitor Machado Katis
RG: 3.039.200-4


Nome: Mª Debora R. Costa Maia
RG: 91.487 SSP/TO



ANEXO I

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD")

A metodologia de cálculo a ser utilizada no cálculo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Total (ICSD) seguirá a fórmula determinada abaixo:

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Caixa Inicial do Período} + \text{Fluxo de Caixa Disponível para Dívida Subordinada dos últimos 12 (doze) meses}}{\text{Serviço da Dívida Subordinada dos últimos 12 (doze) meses}}$$

Sendo que:

Fluxo de Caixa Disponível para Dívida Subordinada = Fluxo de Caixa Final Antes de Distribuições para Acionistas e Pagamentos da Dívida Subordinada; e

Fluxo de Caixa Final Antes de Distribuições para Acionistas e Pagamentos da Dívida Subordinada.

Serviço da Dívida Subordinada: Pagamento devido, mesmo que não pago, de juros, principal e comissões das Debêntures



[Handwritten signature]